

## **POVOS, CULTURA E LÍNGUA NO OCIDENTE PENINSULAR: UMA PERSPECTIVA, A PARTIR DA TOPONOMÁSTICA**

Amílcar Guerra

Estes encontros regulares da comunidade científica que se dedica aos estudos das línguas e culturas paleohispânicas, têm, desde logo, o grande mérito de terem contribuído, ao longo de mais de trinta anos, para uma actualização periódica dos conhecimentos e uma avaliação dos progressos da investigação nos diversos domínios que lhe dizem respeito. Respondendo a uma solicitação da comissão organizadora, proponho-me aqui trazer algumas questões de natureza linguística e cultural respeitantes ao Ocidente Hispânico, em particularmente relacionadas com topónimos e etnónimos dessa área, a aspecto a que dediquei, nos últimos anos, uma atenção particular.

Tendo em vista esse objectivo, tratar-se-ão aspectos que concernem duas vertentes distintas, mas complementares, da investigação. Numa primeira parte abordam-se questões que se prendem com o próprio repertório onomástico, em particular as mais recentes novidades, em boa parte ainda não presentes nas mais vulgarizadas recolhas do material linguístico associado à geografia antiga. Por outro lado, apresentam-se alguns dos elementos mais característicos da realidade em análise, entre eles alguns sufixos e elementos comuns na formação dos NNL do Ocidente.

### **A. O REPERTÓRIO**

**1.** Quando, no início dos anos '90, me propus recolher e analisar de forma sistemática a documentação antiga respeitante aos povos e lugares do Ocidente hispânico, o panorama da investigação era substancialmente diferente do actual. Ao contrário do acontecia então com a onomástica pessoal, realidade que, especialmente graças primeiro aos esforços de Palomar Lapesa (1956) e depois, sobretudo, de Albertos (1966, 1976,

1979) e Untermann (1965), tinha sido objecto de estudos sistemáticos tanto a nível do repertório e da análise linguística, a documentação relativa à realidade geográfica encontrava-se apenas parcelarmente tratada. Continuando um projecto de A. Schulten (1959, 1963), A. Tovar tinha coligido fundamentalmente a informação literária pertinente às províncias da Bética (Tovar, 1974) e da Lusitânia (Tovar, 1976). E ainda que este investigador se assumisse como um linguista, as suas preocupações não se centraram tanto nesta vertente, quanto na de cunho histórico-geográfico, conduzindo a repositório considerável de nomes de povos e lugares.

Todavia, alguns anos depois a situação era já algo diferente, graças à publicação, póstuma, dos elementos por ele coligidos com vista ao volume relativo à Hispânia Tarraconense (Tovar, 1989) e, progressivamente, à edição das diferentes secções da TIR correspondentes à Península Ibérica, iniciada com a folha K-29, concernente ao Noroeste e, um pouco mais tarde, com a folha J-29, correspondente ao quadrante Sudoeste.

Na realidade, entre os objectivos destas obras não se encontrava um inventário sistemático de toda a toponomástica, em especial aquela que dizia respeito a entidades menores. Por essa razão, exceptuando raras ausências mais difíceis de explicar, compreende-se que a metodologia seguida explique a falta de um número considerável de adjectivos reportáveis a povos e lugares que passam sem a correspondente referência. Nota-se em concreto a ausência de alguma documentação relativa a indicações de *origo* e a epítetos teonímicos sobre cuja relação com a realidade geográfica e étnica não deixa lugar a dúvidas.

Para dar alguns exemplos, apresentam-se algumas dos nomes que não figuram concretamente numa secção da folha J-29, correspondente à parte mais ocidental das províncias da Cáceres e Badajoz e que reportam NNL e NNE ou elementos que permitem a sua restituição:

- a) O nome de uma localidade *\*Burrulobriga* decorre do teónimo *Dea Sancta Burrulobrigensis*, registado numa inscrição da zona de Elvas (Encarnação, 1984, n. 566), em cuja área se deveria situar (Guerra, 1998, p. 355);
- b) o termo *Eberobrigae* da inscrição de Talaván (CC) só pode ser interpretado como um dat. de um adjectivo formado sobre o NL *\*Eberobris* ou do gen. sing. de um topónimo;
- c) uma dedicatória, proveniente de Santiago del Campo (CC) que tem sido lida de diferentes formas: *D(i)bu(s) Dea)bus Pinionesibus* (Callejo, 1965, pp. 41-42, n. 24; Hurtado, 1977, 210-211, n. 467); *Dbubus Pinioniesibus* (Redondo, 1985, p. 39); e, a mais ajustada, de Albertos (1983, p. 485) *D(e)bubus Pinionesibus*. Esta última é a única

alternativa que permite explicar bem o primeiro termo, tendo em conta as características flexionais das línguas ocidentais. Tendo todavia em consideração os nexos, bem evidentes na epígrafe, a leitura dessa sequência deverá ser *Dîbubus*. É inevitável relacionar este termo com o que se regista numa inscrição proveniente de Avelas, Chaves (VR)<sup>1</sup>, onde a sequência *Deibabo Nemucelaicabo* representa a forma feminina correspondente, um dativo do plural em *-bus* de *\*deiwā-* «deusa» (Búa, 1997, p. 60). Teríamos, deste modo, mais um exemplo de dativo do plural da flexão temática com uma desinência *\*-b<sup>h</sup>os*, idêntico, portanto, ao que está documentado em celtibérico (Jordán, 2004, pp. 118-123). No que respeita ao epíteto, geralmente lido *Pinionêsibus*, oferece-se uma possibilidade muito atractiva e viável de o interpretar como *Pintonie(n)sibus* (Guerra, 1998, pp. 200-201) ou *Pintone(n)sibus*<sup>2</sup>, o que teria a evidente vantagem de atestar mais um nome em que ocorre o conhecido radical *Pint-/Pent-*, muito bem documentado na onomástica hispânica (Villar, 1994, esp. pp. 235-240), presente na toponímia, nomeadamente na ocorrência de dois NNL *Pintia*, um entre os Galaicos (Guerra, 1998, p. 582) e outra entre os Vaceus (Tovar, 1989, p. 363; TIR K-30, p. 179). Esta proposta decorre da observação da epígrafe, na qual o carácter lido tradicionalmente como I, é muito possivelmente um T de que o lapicida não gravou a parte direita da haste.

- d) o conhecido culto cujas inscrições ocorrem particularmente em torno de Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (CC), que se reportam à *Daeae Sanctae Turibrige; Dominae [T]urubricae / Turibri* e outras invocações afins, deve associar-se a um NL *\*Turibris* (Guerra, 1998, p. 646; Búa, 2000, pp. 90-91; Guerra, 2002, pp. 152-156).
- e) uma inscrição de Brugg (Suíça)<sup>3</sup> identifica *Caeno* como *c(enturio) coh(ortis) His[pa]nor(um), domo Ta[n]ngia Norbana*; é inevitável relacionar-se este duplo nome com *Norba* e, necessariamente, com o seu homólogo *Tanngus* (Guerra, 1998, p. 221), o epíteto da divindade de *Quangeius* nas epígrafes de Salavessa, Nisa (PT) e Nisa (PT).

<sup>1</sup> A leitura proposta em Búa, 1997, p. 60 *Deibabo/Nemucel/aicabo/Fuscinus/Fusci f(ilius) u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)* melhora consideravelmente as lições anteriores.

<sup>2</sup> Talvez seja esta a forma preferível, no meio das hesitações suscitadas por prolongamentos de algumas barras verticais de certos caracteres desta epígrafe.

<sup>3</sup> A epígrafe foi publicada inicialmente em Meyer (1972), p. 191, Taf. 39: *Caeno [-]/f(ilius) c(enturio) coh(ortis) His[pa]nor(um)/domo Ta[.]ncia/Norbana/ann(orum) [XL] stip(endiorum) [XV]IIII/h(ic) s(itus) e(st)/Cundigus Boeli f(ilius)/h(eres) p(osuit)*.

- f) a *origo* registada em epígrafes em território de fronteira entre as províncias de Cáceres e Badajoz: *Instiniensis/Histiniensis* (Guerra, 1998, pp. 161-162, 458), exemplo que documenta um caso de alternância entre sílaba inicial nasal/não nasal;
- g) os *Palantenses*, *Caluri* e *Calontenses* referidos numa inscrição figulina de Alconétar (CC), juntamente com os *Coerenses*, nome reportado aos vizinhos *Caurienses* (Tovar, 1976, p. 239). Parece-me incontornável que se relacionem os *Palantenses* com o nome da divindade *Palantico* (Búa, 1997, p. 70; Guerra, 1998, pp. 578-579), registada numa epígrafe de Perales del Puerto (CC). Os dois elementos conjugados permitem conjecturar um primitivo NL \**Palanta*, a que ambos se poderiam reportar (Untermann, 2001, pp. 190-192). É inevitável, por isso, que este nome nos recorde igualmente o epíteto *Toudopalandaigae* que se liga à *Munidi Eberobrigae* da inscrição de Talaván.
- h) os *Seanoc*. da *tabula Alcantarensis*. Ainda que seja um nome apenas parcialmente conservado, tem-se admitido (ainda que nos faltam os elementos para tal) que a sequência se deveria interpretar como *Seanoc(um)* ou *Seanoc(orum)* (López Melero et alii, 1984, pp. 274-275).

Este conjunto apresenta, como se vê, uma importância considerável e implica, a duplicação das referências toponomásticas desta área.

2. Uma das questões principais que se coloca à investigação nestes domínios sobrepostos dos lugares e povos da Península Ibérica e das suas línguas tem que ver com a extensão e fiabilidade do repertório de base. E no caso concreto do Ocidente Peninsular, onde os vestígios onomásticos são essenciais para o conhecimento de línguas atestadas de forma tão fragmentária, os contributos, ainda que muitas vezes de pequenas dimensões, podem assumir uma importância considerável.

Fazendo um breve balanço dos mais recentes contributos, podem identificar duas direcções contraditórias em que a investigação caminha: por um lado conta com processo de expansão com novos achados, por outro, o progresso dos conhecimentos traduzem-se igualmente num processo de exclusão. Este último, porventura, afigura-se mais importante que o primeiro, dado que, não raramente, põe termo a hipóteses que assentaram num único elemento, situação habitual no domínio da análise linguística.

Ao contrário da considerável estabilidade do *corpus* proporcionado pelas fontes clássicas, a epigrafia continua a fornecer novos dados, quer estes resultem de inscrições inéditas, que decorram da correcção de

anteriores leituras, quer, em circunstâncias muito excepcionais, de ambas simultaneamente. Nesta última categoria se insere o chamado «Bronze de Bembibre», um notável documento a diversos títulos.

Por um lado, proporcionou como novos dados linguísticos o nome dos *castellani Paemaeiobrigenses* e da *Transduriana prouincia*. Se esta última realidade tem especial importância na compreensão do processo de transformação política do Noroeste num momento muito preciso, o primeiro evidencia, para além disso, uma realidade onomástica original. A circunstância concreta de o nome atestado neste documento epigráfico se poder aproximar do topónimo por que é geralmente conhecido, Bembibre, permite desde logo sublinhar a conhecida duplicidade formal que este grupo de nomes apresenta: por um lado a forma latina atestada pela documentação oficial; por outro a terminologia local que, sintomaticamente, se encontra na base da evolução dos topónimos ao longo do tempo. Aparentemente, as duas coexistem desde fase precoce da presença romana, mas, como se vê, a forma popular tem mais condições para persistir na transmissão oral.

Ao mesmo tempo o nome dos *Aiiobrigiaecini* registado no bronze inscrito obrigou a colocar a questão das condições em que se faz a interpretação dos textos epigráficos e a pensar nos equívocos que essas manifestações ocasionam. Adscrevendo-se com segurança aos *Susarri* tanto ao que era lido como *castellum Aiobaiciaico* como os *castellani Aiiobrigiaecini*, não era, à partida, provável que se trate de entidades distintas. Por outro lado, o recurso ao «erro de lapicida» não deve ser invocado de ânimo leve e muitas vezes não passa de um artifício para justificar o que é aparentemente injustificado<sup>4</sup>.

Não me parece todavia que haja necessidade de qualificar como erro o que manifestamente resulta de uma oscilação (maior do que se espera, é certo) da paleografia do documento, da letra R em particular: enquanto em alguns casos a curvatura da semicircular desta letra se desenha de forma muito evidente, em outros é praticamente inexistente como acontece com o segundo R de SVSARRI e, em particular em LIBERIS, gerando-se uma evidente confusão com o A. Mais do que o facto de que «as letras A e R, nessa tabula se parecerem bastante entre si» (Alföldy, 2001, pp. 17-18), atesta-se uma oscilação paleográfica que

---

<sup>4</sup> Este mesmo pressuposto é invocado, justamente, por Rodríguez Colmenero (2001), p. 70 para o caso vertente, mas como fundamento de duas leituras diferenciadas: *Aiobaiciaico* e *Aiiobrigiaecini*.

abarca alguns dos signos e é também surpreendente no signo B (v. g. em *Aiobrigiaico, sibi, Toletensibus*).

Os problemas da leitura e interpretação dos nomes e de fixação das suas formas, não é apenas condicionado pelo estado de conservação dos monumentos e a obliteração do suporte, mas associa-se, portanto, a particularidades paleográficas às quais importa prestar atenção.

Um problema idêntico se coloca em relação a um outro achado relativamente recente, originário de Santa Comba (Ferrol, C). Trata-se de um documento inscrito sob uma placa circular de xisto, perfurada, interpretada por F. Villar e B. Prósper (2003), p. 271 como fusaiola. Estes autores corrigiram, justamente, a leitura inicial de *Rebe Trasanci Aug[ust]e*<sup>5</sup>, propondo a lição *Rebe Trasanciance* e preterindo hipótese igualmente considerada de *Trasanciaice*, fundamentalmente por duas ordens de razões: o não se registar no *conuentus Lucensis* nenhum caso de sequência <AI>; e por considerarem que nessa região se tinha já dado, antes da introdução do alfabeto latino, uma evolução da sequência \*-CyaiC- para \*-CyāC- (Villar; Prósper, 2003, p. 275), pelo facto de registar maioritariamente, nestas circunstâncias, a grafia <IE>, <EIE> ou <E>, em vez de <IAE>, <IAE>, <EAE> ou <AE> (Prósper, 2002, p. 390).

A observação das duas foto publicados por A. Pena Graña e do decalque aponta preferencialmente para a lição *Trasanciaice*, mais viável se tivermos em conta a opção de escrever separadamente a sequência AN que se regista nessa mesma palavra. Penso, desde logo, que os resultados da observação paleográfica deveriam prevalecer sobre o critério linguístico e neste caso.

Para além disso, a ausência de paralelos para esta grafia é compreensível numa situação de grande escassez de documentação. Por outro lado, deve ter-se em conta o facto de a grafia seguir os modelos da língua latina, sendo por isso natural que o ditongo /ai/ se transcreva, por norma, com a sequência AE. As situações em que esta prática se contraria são claramente minoritárias e, aparentemente limitadas no tempo (Villar; Pedrero, 2001, pp. 243-245), mas atestadas, de qualquer modo, em alguns casos sintomáticos. Entre os mais significativos encontra-se o caso do *castellum Aiobrigiaico*, registado em documento de natureza jurídica, datado com precisão do ano de 28 d. C. Esta opção gráfica diverge da que havia sido utilizada no bronze de Bembibre, um edicto de Augusto de 15 a. C. onde ocorre a forma *Aiobrigiaecinos*, o que faz pensar que a grafia AI não é necessariamente uma realidade mais antiga.

---

<sup>5</sup> O documento foi dado a conhecer unicamente através da web e carece uma cuidadosa observação.

Por outro lado, penso que, para a análise deste problema se deve ter em conta que os epítetos teonímicos formados com *-anco* são extremamente raros em todo o âmbito peninsular e não se atestam no Noroeste, ao contrário do que acontece com *-aico*, precisamente o mais abundante de todo o Ocidente e representado no *conuentus Lucensis*, por *Paramaeco*, *Viliaego* e *Callaeciar(um)*, para além de *Bolecco* e *Berralogecu*. É pois natural que, à semelhança do que acontece em outras áreas, numa fase inicial do processo de romanização não se tivesse dado, nas línguas locais, a evolução que Prósper pressupõe, ainda que a sua comprovação com exemplos concretos seja difícil, pelas razões apontadas.

**3.** Apesar de o processo de transmissão dos nomes geográficos pelas fontes clássicas ser algo complexo, constata-se que, de uma maneira geral, se pode confiar na informação por elas proporcionada. Não me parece, por isso, que a atitude do investigador actual deva ser a de desconfiar sistematicamente da sua fiabilidade, mas a contrária: aceitar, por norma, esses dados como correctos. Todavia, isso não deve impedir que se demonstre uma atitude crítica em relação aos textos clássicos, em especial quando o seu objecto são realidades linguísticas manifestamente estranhas à sua língua, como os seus autores por vezes sublinham.

Essa postura crítica deve ser orientada por alguns princípios, entre eles o que se aplica a outras realidades, não apenas literárias: um nome que se regista uma única vez tem, à partida, mais hipóteses de não ser fiável. Embora não seja o caso de desconfiar sistematicamente de tudo o que é *hapax*, penso que é oportuno considerar aqui dois casos documentados nos textos de Plínio e de Ptolomeu, que me parecem constituir ocorrências de fiabilidade muito discutível, que haveria que eliminar dos repertórios: o NNE *Seurbi* e *Turodi*.

#### **a. *Seurbi***

Atestam-se unicamente em Plínio, numa sequência em que se descrevem as realidades geográficas da costa ocidental que aqui se recorda: *A Cilenis conuentus Bracarum, Heleni, Groui, castellum Tyde, Graecorum sobolis omnia. Insulae Siccae, oppidum Abobrica, Minius amnis IIII ore spatiosus, Leuni, Seurbi, Bracarum oppidum Augusta...* Como a abundante tradição manuscrita da *Naturalis Historia* não regista variantes desta forma que a possam pôr em causa, o nome tem sido geralmente aceite. No entanto, trata-se de um NE que não se atesta em qualquer outra fonte e, para além disso, não tem paralelos no âmbito da onomástica do Ocidente hispânico. Por fim, não tem passado despercebido o facto de esta referência recordar inevitavelmente o nomes dos *Seurri*,



entidade que se conhece tanto isoladamente, como associada ao qualificativo *Transminiensis*. É habitual associar-se esta entidade com a actual comarca de Sarria, a sul de Lugo, proposta que teria na perduração onomástica um importante apoio. Todavia, o facto de o epíteto atrás referido caracterizar este povo levou a que alguns autores apontassem igualmente para um território da margem direita do rio Minho, na região de Taboada (TIR K-29, p. 97). Esta questão, no entanto, está longe de ser pacífica, pela controvérsia a respeito da acepção que as fontes geográficas antigas atribuem ao hidrónimo *Minius*, cujo percurso mais a montante corresponderia, para alguns, ao rio Sil.

Em qualquer dos casos, porém, parece claro que a ordem em que os *Seurbi* ocorrem no texto pliniano não parece compatível com esta identidade, se se aceitar que seguiu um modelo periplográfico, com uma rigorosa e fiável ordenação das realidades descritas pelo enciclopedista neste parágrafo de um dos seus livros dedicados à Geografia. Por essa razão a investigação lhe atribuiu, de forma generalizada, um território próximo da costa atlântica, situado a norte dos *Bracari* e a sul do curso do rio Minho.

Penso, no entanto, que assumir como um postulado uma ordenação estritamente sequencial das entidades territoriais, de orientação norte-sul, pode constituir uma postura com graves riscos. E essa perspectiva, demasiado simplista e linear, não pode presidir à análise de uma obra que, por sua natureza, não se confinava à descrição das realidades costeiras. Por isso, ainda que possa parecer estranho o facto de o seu nome vir referido imediatamente antes de *Bracara Augusta*, se poderia muito bem referir, neste ponto, o povo que se associa ao interior do *conuentus Lucensis*. Ou, pelo menos, é muito provável que o *hapax* constituído pelo nome *Seurbi* possa ser, na realidade, um equívoco de transcrição de *Seurri*.

## **b. Turodi**

A *Geografia* de Ptolomeu, que constitui um dos mais importantes repertórios da toponomástica hispânica, considera-se, por via da regra, uma obra com alguns problemas de fiabilidade no que respeita à transmissão dos nomes. No elenco em que apresenta uma sequência composta pelo gen. do plural da entidade, seguido da *polis* que lhes corresponde, ocorre um discutido grupo Τουροδῶν, ὕδατα Λαία. A razão deste passo se ter tornado mais conhecido radica na proposta a correcção do NL, apontada por Hübner, para ὕδατα Φλαουία. Esta sugestão não foi universalmente aceite, subsistindo ainda alguma discussão em torno do assunto — A. Rodríguez Colmenero (1972), pp. 227-231 sus-



tentou a relação entre este lugar e o que atesta numa fonte medieval sob a forma *municipium Lais*, embora tenha sido reconhecida pela maioria dos investigadores (Tovar, Tranoy). Parece-me, no entanto, que não deve recusar-se esta correcção: o topónimo *Λαία* não se regista em mais nenhuma outra circunstância e o facto de não se referir noutro passo a cidade de *Aquae Flaviae*, um município de extrema importância no Noroeste, não deixaria de causar alguma estranheza.

De qualquer modo, queria centrar a discussão em torno do nome *Turodi*, esse sim, aceite geralmente sem qualquer contestação, porque, apesar de uma unanimidade a seu respeito, creio haver fundados argumentos para questionar a fiabilidade do nome transmitido por Ptolomeu.

Trata-se, em primeiro lugar, da única atestação deste NE e, talvez mais importante do que isso, de um registo que não encontra paralelos na onomástica hispânica. Ainda que se tenha integrado no conjunto que Villar (1995, pp. 199-244) designa como a «série *Tur-*», reconhece-se que o sufixo que entraria na sua formação (*-od-* < *\*-ot-*) é «algo raro» (García Alonso, 2003, pp. 241-242). A ausência de qualquer derivado ou nome afim não deixa de causar estranheza pelo facto de se reportar a uma entidade que deveria ter uma projecção significativa (os *Aquiflavienses* são o único *municipium* confirmado do Noroeste peninsular).

Tendo em consideração alguns problemas de transmissão e os dados linguísticos da região seria viável propor que se tivesse confundido, numa fase da tradição manuscrita bastante precoce (talvez já nas próprias fontes de Ptolomeu), o  $\Lambda$  com o  $\Delta$ . Tenha-se em conta, por exemplo, que aquilo que o ms. X dessa obra geográfica transcreve como  $\Delta\iota\acute{\alpha}\nu\iota\omicron\nu$ , aparece em V como  $\text{Ἰλιάνιον}$  enquanto os restantes mss. registam  $\Lambda\iota\acute{\alpha}\nu\iota\omicron\nu$ .

A aceitar-se esta minha sugestão, o nome da entidade em causa poderia aproximar-se de núcleo significativo de realidades linguísticas, a maioria delas pertencentes à mesma região. A mais próxima é a indicação de *origo Turolus*, registada numa epígrafe a respeito de cuja proveniência exacta se registam divergências ainda não resolvidas<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> A questão tem oscilado, em período mais recente, de acordo com algumas descobertas epigráficas que serviram de fundamento a algumas opções dos investigadores. O aparecimento do chamado «dintel de los ríos», em Mérida, no qual se representavam *Ana e Barraeca* (Canto; Bejarano; Palma, 1997) serviu de argumento a Villar para sustentar a origem mais meridional desta epígrafe. Mas o achado, quase contemporâneo,

Todavia, não subsiste qualquer dúvida sobre a leitura deste último nome<sup>7</sup>. Só por si, o facto de se documentar esta atestação epigráfica, poderia dar consistência à hipótese de se tratar de mais um dos erros de transmissão da obra de Ptolomeu, que haveria que corrigir para *Turoli*. Com alguma frequência as inscrições, como documentação coetânea não sujeita aos condicionalismos da transmissão textual, fornecem uma chave para a correcção dos textos ou os fundamentos para uma opção entre as variantes dos manuscritos de uma determinada obra. Mas a circunstância concreta de o monumento se encontrar há muito perdido e ser de proveniência controversa pode explicar a razão pela qual os elementos nela contidos pudessem ser olhados com alguma desconfiança. Não parece haver, todavia, motivos para questionar a leitura que nos chegou, de resto confirmada por documentação mais recente.

Para além disso, constata-se que a alteração proposta permitiria integrar um termo num conjunto já bem conhecido em todo o Ocidente hispânico. Paralelos para este etnónimo podem, por exemplo, encontrar-se na teonímia, numa inscrição proveniente de Pías, Maceda (OU), onde se regista a divindade *Torolo Gombigiego* (Rodríguez Colmenero, 1997, p. 123, n. 95) e, como epíteto dos *Lares*, pelo menos numa ara de Freixo de Numão, Vila Nova de Fozcôa (GD), sob a forma *Turolic(is)*, bem como, segundo hipótese de Rodríguez Colmenero (1997, p. 167), numa epígrafe de Trasmiras, Ginzo de Limia (OU)<sup>8</sup>. Por sua vez, a antroponímia (Abascal, 1994, p. 535 e *Atlas*, pp. 327-328) contribuiu igualmente com a atestação de um *Turolius* em Abertura (CC) e da forma *Turoli* (gen.) em epígrafes de Yecla de Yeltes (SA) e de Idanha-a-Velha (CB), a qual foi relacionada com um suposto antropónimo *Turolus*<sup>9</sup>.

---

de uma ara em Las Burgas (OU), que atestava o teónimo *Reuue Anabaraeco* (Rodríguez González, 1995, pp. 51 e 60) dá os mesmos argumentos aos que sustentam a origem galaica da epígrafe. A circunstância se referir um *Turolus* no monumento de proveniência controversa, embora não seja taxativa, faz pender a decisão para esta última hipótese.

<sup>7</sup> Apenas A. Rodríguez Colmenero (1997), p. 128-129 sugeriu, pela confrontação com a atestação literária que aqui se analisa, uma correcção da epígrafe para *Turo<dus>*.

<sup>8</sup> Embora com as naturais reservas, *Laribus Tur(olicis)* parece, realmente, uma possibilidade interpretativa viável.

<sup>9</sup> A estrutura onomástica habitual na Galécia, tal como na Lusitânia, onde a identificação dos *peregrini* se faz através do nome único seguido de patronímico (*Atlas*, p. 413), recomenda que, no caso de *Afer Albini f(i)lius Turolus*, se entenda este último elemento como *origo* (*contra Atlas*, p. 328; Villar, 1995, p. 219) e não como um NP.

Por fim, esta alteração permitiria ainda propor uma nova interpretação de uma epígrafe, de paradeiro desconhecido, sobre cuja leitura se apresentaram várias hipóteses. Trata-se de um monumento encontrado no lugar de Nogueira da Montanha, localidade próxima de Chaves, em cujas imediações se identificou um importante castro, o de Lagarelhos, que Armando Coelho Ferreira da Silva identificou com o *castellum* reportado por esta inscrição. Hübner (CIL II, 2480), que já não pôde ver a lápide, baseando-se em transcrições anteriores, propôs: *Aemiliano Flaco/de hoc (castello) Iureobriga (uel Iuliobriga)/L(ucius) Aelius Flacus signifer leg(ionis) II Aug(ustae) cura/uit instruendum uiuo/uolente et presente / sacratissimo suo patre*. As variantes do nome do *castellum* correspondem às duas leituras proporcionadas pela obra manuscrita de Tomás de Távora e Abreu (Cfr. Rodríguez Colmenero, 1997, p. 223) que evidenciam, desde logo, alguns problemas na lição do nome em causa.

Estas dificuldades levaram Armando Coelho a propor uma alternativa *Tureobriga*, forma com a qual se procurava associar este termo à informação proporcionada pelo texto ptolomaico (segundo a versão corrigida por Hübner), relacionando-se, portanto, o etnónimo em causa com a cidade de *Aquae Flauiae*. Na sua perspectiva, este lugar seria, pois, o antigo habitat desta entidade, substituído progressivamente pelo novo e mais desenvolvido núcleo surgido em associação com a área termal que lhe deu o nome (Silva, 1986, pp. 275-276).

Embora esta alteração da leitura dos manuscritos não tenha sido aceite por todos os investigadores (nomeadamente Le Roux, 1992, p. 250, n. 260), foi acolhida por um número significativo e constitui uma interessante hipótese interpretativa, que, na minha perspectiva, deverá ser adaptada à luz das considerações feitas a respeito do nome da entidade correspondente.

Afigura-se, deste modo, muito provável que o *castellum* em análise correspondesse, de facto, a um importante estabelecimento dos y tradicionalmente chamados *Turodi* e que, em consonância, o topónimo se formasse sobre o apelativo dessa entidade. Sendo incontestável que se trataria de um dos muitos topónimos em *-briga*, aspecto que não tem sido objecto de contestação, faria sentido que a sua forma originária, de acordo com o que foi dito, seria *\*Turolobriga* ou algo semelhante. Neste caso concreto, ponderando as antigas transcrições, parece mais provável que a forma atestada fosse *Tur(o)lobriga*, o que resulta bastante evidente a partir de uma conjugação das variantes *Tureobriga* e *Iuliobriga*, que a tradição consagrou.

Estas considerações, para além de darem mais coerência ao um conjunto onomástico dessa área, permitiriam confirmar a validade da

correção do texto do geógrafo alexandrino de "Υδατα Λάια para "Υδατα Φλαοúια, facto já amplamente aceite, mas que agora poderia contar com mais um importante argumento. E acarretaria, naturalmente, a exclusão do NE *Turodi* dos repertórios onomásticos.

4. Outra vertente é constituída pela descobertas de nova documentação, como é o caso da epígrafe de Castelejo, Fundação (CB), da qual foi recentemente publicada por Salvado; Rosa; Guerra (2004) uma primeira notícia de uma inscrição cujo texto contém um interessante epíteto de natureza tópica. Trata-se de um monumento votiva, consagrado a um conhecido par divino, característico da região, cujo texto é o seguinte: *[A]renti/ae et/Arenti/o Eburo/[b]ricis Pro/cula Albi/ni f(ilia) l(ibens) a(nimo) u(otum) s(oluit)*.

Para além de outros aspectos, esta nova descoberta chama a atenção para algumas questões gerais que merecem alguns comentários. O facto de se colocar inevitavelmente em paralelo com a forma *Eberobrigae* da inscrição de Talaván aponta para duas consequências de certa importância: O fenómeno repetição do topónimos e os problemas da identidade dos nomes; algumas questões fonéticas e problemas da formação dos>NNL; a toponomástica e a questão do celtismo.

5. As questões de geografia linguística, nomeadamente a análise da distribuição no espaço de determinadas características dos topónimos tinha já suscitado a atenção de Humboldt e continua sendo um dos aspectos relevantes do estudo das línguas paleo-hispânicas<sup>10</sup>. Não restam dúvidas que um dos caminhos a percorrer reside na elaboração de repertórios onomásticos cada vez mais fiáveis, no seu agrupamento em séries coerentes e no exame da sua distribuição geográfica. Por essa razão, o caminho seguido pela investigação sobre antropónimos, desde os trabalhos de distribuição dos NNP de Untermann (1965) e de Albertos (em especial nos trabalhos de 1966, 1976, 1979, 1985) até ao recente *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*, podem ilustrar tanto as dificuldades como as vantagens de uma metodologia que atende à dispersão de certos fenómenos linguísticos. Do mesmo modo, a toponímia tem procurado seguir idêntico percurso, ainda que tenha como principal óbice lidar com um número substancial menor de nomes.

Apesar desta circunstância —e talvez mesmo como consequência dela— quando se registam ocorrências de nomes já conhecidos, com frequência se geram situações ambíguas e, por vezes, sem uma solução satisfatória respeito da sua identidade. De uma forma geral assume-se a

---

<sup>10</sup> Sobre a questão v. mais recentemente de Hoz (2001), p. 120-121.

correspondência entre ambos, independentemente da origem geográfica dos achados ou da natureza das fontes que os transmitem. A generalização desta premissa, aceitável como princípio básico, deve, no entanto, ser usada com ponderação. É que alguns exemplos, cada vez mais numerosos, foram consolidando a ideia de que havia, no contexto hispânico, um número considerável de nomes iguais ou idênticos, mas que designam lugares diferentes.

O primeiro contributo para a identificação de casos deste tipo foi já dado pelas fontes clássicas. Por um lado, através do vínculo estabelecido entre determinados lugares e a entidade a que pertencem, como sucede no caso das duas Arcóbrigas referidas por Ptolomeu, uma adscrita aos Lusitanos, outra aos Celtiberos. Outras vezes pela localização geográfica que as fontes lhes atribuem.

Um dos casos mais conhecidos é o do topónimo *Talabriga*, várias vezes documentado, e ao longo de muito tempo associado invariavelmente a uma cidade de localização incerta, na região do Baixo Vouga. Esta situação manteve-se até ao momento em que se constatou a existência, epigraficamente documentada, de um *Limicus castello Talabriga*, o que veio dar outros contornos ao problema e separar duas realidades até aí confundidas, apesar de as próprias fontes literárias conterem elementos que permitiriam facilmente diferenciá-las (Guerra, 1995, pp. 81-82). A partir desse momento foi mais fácil compreender alguns aspectos difíceis de explicar de outro modo, em particular a geografia das campanhas de Décimo Júnio Bruto na Galécia.

Os elementos que permitem proceder a uma separação tão fundamentada de duas entidades não ocorrem habitualmente. Na maioria dos casos os dados, por falta de argumentos, as novas referências toponímicas e seus derivados tendem a associar-se a realidades já conhecidas, mesmo quando alguns elementos lançam dúvidas consistentes sobre esse facto. Um dos casos paradigmáticos é o da integração de *Celicus Frontonis* que se diz *Arcobrigensis Ambimogidus*, *origo* documentada na inscrição da Fonte do Ídolo, em Braga. A primeira tendência seria relacioná-la com uma das duas cidades homónimas conhecidas das fontes clássicas, uma celtibérica (Cerro del Villar, Monreal de Ariza, Z), outra lusitana, de localização problemática. O registo de uns *uicani Arcobrigenses* em Perales del Puerto (CC), dedicantes de uma ara a *Iupiter Optimus Maximus* poderia contribuir, aparentemente, para a resolução do problema, considerando . Mas se atendermos ao facto de Ptolomeu colocar a cidade entre os Célticos, num grupo onde as entidades conhecidas são seguramente meridionais, mais facilmente pensaremos em distinguir o *uicus* do território cauriense da *polis* referida pelo geógrafo alexandrino.

Por fim, se considerarmos a estrutura dupla desta identificação, que faz pensar nas realidades características do NW peninsular, cujo paralelo mais próximo seria o de um *Gigurrus Calubrigensis*, então a origem galaica de *Celicus* ganharia consistência e com ela a possibilidade de termos quatro cidades homónimas, três das quais no Ocidente.

## B. QUESTÕES LINGUÍSTICAS E CULTURAIS

1. A variabilidade formal, em especial na transcrição de alguns sons vocálicos por parte dos textos clássicos e fontes literárias, constitui uma particularidades bem conhecida em todos os domínios. E ainda que o repertório correspondente ao conjunto da toponomástica seja substancialmente menor que o dos NNP, documenta esse fenómeno com alguma frequência.

Uma explicação para essa particularidade foi apresentada por F. Villar precisamente no estudo da alternância verificada num topónimo do Noroeste hispânico, *Turaqua/Turoqua* (Villar, 1995, pp. 192-193). Este facto resultaria das compreensíveis hesitações decorrentes do processo de transposição de uma língua local, baseada num sistema de quatro vogais, para um outro, como era o latino, constituído por cinco sons vocálicos breves. Deste modo se explicariam, para além da alternância entre /a/ e /o/, mas também /e/ e /a/ ou /i/ e /e/, que se constata, por exemplo, no seguintes casos retirados da toponomástica ocidental: *Valabrigensis/Oυολόβριγα*; *Lanobris/Londobris*; *Copori/Capori*; *Capara/Caperae*; *Querquerni/Quarquerni*; *Lemaui/Lamaui*; *Aquabona/Equabona*; *Interamicus/*; *Cileni/Celenis*, *Aquis/Cilin[us]*; *Brigiaeini/Brigaeicum/Brigeco/Brigicon*. Esta particularidade poderia, além do mais, justificar a ligação entre nomes que habitualmente não se relacionam, como os *Elaneobrigensis* com os *Heleni*, permitindo considerar a variante \**Helanes*, sobre a qual se construiria o topónimo \**Elaneobriga* que os termos referidos pressupõem. A existência desta variante no período romano torna-se mesmo bastante provável se atendermos à circunstância de subsistir precisamente a designação *Sancti Cipriani de Ellanes* nas fontes medievais (Fernández Rodríguez, 1981, pp. 488-491; Guerra, 1998, p. 440).

Alguns casos, no entanto, como *Turobriga/[T]urubiga/Turibrica*, *Cabarci/Cibarci*, não se enquadram nesta explicação e talvez se possam associar a um processo de assimilação e dissimilação. É possível que a estes haja precisamente que juntar precisamente *Eburobricis/Eberobrigae* que o recente achado evidencia.

2. O fenómeno tradicionalmente designado como «infección céltica» encontra-se particularmente bem representado no Ocidente hispânico e ocorre, naturalmente, também no domínio dos nomes geográficos. Dada a dimensão do *corpus*, trata-se, porém, de uma peculiaridade mais abundantemente atestada na antroponímia, onde se registam amplamente exemplos bastante diversificados. Albertos (1983, p. 871) tinha, todavia, chamado a atenção para uma distribuição essencialmente lusitana dos casos que apresentavam *-ei-* em vez de *-e-*. Este aspecto, cuja análise foi recentemente retomada com base em dados actualizados (*Atlas*, pp. 363, 398-399), demonstra, de facto, uma clara concentração deste fenómeno no ocidente hispânico, Lusitânia (41 casos), Galécia (3) a Astúrias (1), atestando-se, de qualquer modo, um exemplo não ocidental, numa inscrição de S. Estebán de Gormaz (SO). Dada a dimensão do *corpus*, a toponomástica apresenta um conjunto de casos mais circunscrito, nos quais se integram *Sellium/Saeliensis/Seiliensis; Medubrigensis/Meidubrigensis*. Outros casos idênticos, mas em que está implicada uma vogal diferente, atestam-se, nomeadamente, nos seguintes etnónimos: *Colarni/Cularnus/Coilarni; Bracari/Βραικαρίων/Braecaroru[m]*.

3. O sufixo em *-aiko* constitui um dos traços característicos das línguas indo-europeias peninsulares. Todavia, a sua distribuição é bastante irregular, uma vez que é bem conhecida a sua concentração no ocidente hispânico. Ao contrário, a sua presença em âmbito celtibérico é apenas residual, representando cerca apenas de 2% de todos os adjectivos em *-ko*.

Porque se trata de elemento que entra na formação de adjectivos, não constitui, a não ser em casos excepcionais, um elemento presente nos topónimos. Mesmo assim o número das excepções é ainda considerável, tendo em conta o escasso repertório subsistente, entre os quais se encontram: o NL *Brigecum/Βριγαίκιον* cujos habitantes se designam como *Brigiacinus/-a* na epigrafia, e em Ptolomeu se registam sob a forma Βριγαικινῶν. Trata-se certamente de uma formação toponímica que deve pressupor uma concordância deste derivado com um nome comum neutro (por exemplo algum semelhante ao latim *oppidum* ou *castellum*). Este é o mesmo modelo sobre o qual se forma seguramente o nome de dois *castella*, o *Aiobriciaego* que passa da jurisdição dos *Gigurri* para os *Susarri*, documentado na *tabula* de El Caurel e o *Eritaeco*, este integrado no âmbito dos *Lemaui*. Estes exemplos têm correspondência em outras formações já caracteristicamente latinas, como *castellum Laedense* ou *castellum Blaniobrensi* (?). Idêntico processo poderá registar-se em *Σάλλαικος*, o nome de uma *polis* lusitana, mas desta vez numa realização concordante com um nome masculino



(por exemplo, um equivalente do latim *uicus*). Trata-se de um topónimo pertencente ao produtivo segmento radical *sal-*, bem representado no ocidente hispânico (*Salacia*, *Salaniana*, *Salmantica*, *Salia flumen*, o teónimo *Salamati*) sobre o qual se produziu já uma considerável literatura.

Deve igualmente referir-se o termo *Barraeca*, que se associa a uma figura divina (masculina, na representação) que representa um curso de água, verosimilmente na sua forma toponímica, como se deduz do seu acompanhante no Dintel de los Ríos de Mérida, o divinizado *Ana* (Canto et alii, 1997, p. 268). Aparentemente, *Barraeca* não constitui, nesta situação, apenas um teónimo correspondente ao nome de rio (ainda que a documentação epigráfica ateste também a forma *Baraeco*, numa dedicatória votiva de Trujillo, CC).

Apesar de as formações adjectivais serem a norma dos nomes de entidades étnicas, o número de casos em que se recorreu a este sufixo nessas circunstâncias foi bastante limitado. Registam-se apenas dois casos seguros: *Arronidaeci*, numa epígrafe de Serapio, Aller (O) e na designação dos *Callaeci*, caso em que se conhece igualmente o topónimo no qual este se basearia, a localidade que se regista sob as formas *Calem* (ITIN. Ant. Aug. 428,1) e *Calo* (RAVENN. 307,5).

Como se sabe, este sufixo é particularmente frequente na formação de epítetos teonímicos, tendo-se generalizado a ideia de que este elemento se adiciona, por via da regra, a topónimos. Todavia, esta circunstância encontra-se confirmada apenas num número muito reduzido de casos, nomeadamente:

- a. *Ocelaeco* / -a são epítetos de *Arentius* e *Arentia* que se registam numa região onde se situaria a localidade vetónica de *Ocelum*;
- b. Mais recentemente registou-se uma situação semelhante, com a ocorrência de uma dedicatória *Lari Ocaelaego*, nas proximidades de Sarreaus (OU), numa área onde deve colocar-se, certamente, mais um lugar denominado *Ocelum*;
- c. *Araugel*(---) regista-se a qualificar o teónimo *Band*(---), numa pátera de origem desconhecida; Se tivermos em conta que uma epígrafe do concelho de Mangualde atesta os *castellani Araocelenses*, é bem possível que também o referido qualificativo de *Band*(---) se reporte a um NL \**Araocelum*, seja este mesmo, seja um outro homónimo;
- d. É possível que a existência de um número considerável de NNL em que entra o elemento *Ocelum*, também se deve incluir neste grupo a sequência teonímica *Deibabo Nemucelaicabo*, um exem-

plo muito elucidativo de manutenção das flexões das línguas locais, no caso vertente do dativo de plural indígena, numa das zonas onde a teonímia local é mais abundante (Avelelas, Chaves, VR).

- e. *Veigebraeago* corresponde naturalmente a um NL \**Veigebri*, um dos frequentes nomes em *-bris* do noroeste, e regista-se numa localidade com o nome elucidativo de Rairiz da Veiga (OU).

O conjunto de ocorrências teonímicas da província de Cáceres em que se inserem *Roudaico*, *Roudaeco* e *R[ou]daeco*, mantém seguramente relações com o topónimo *Rodacis* (RAVENN. 312,15), mas neste caso a relação estabelecida entre as duas realidades não é equivalente às anteriores, uma vez que os epítetos não derivam do NL.

4. No contexto dos NNE do Noroeste sobressai pelo seu número, o conjunto dos derivados em *-ro*. Este sufixo, conhecido igualmente em outras línguas hispânicas, nomeadamente no celtibérico, onde ocorre em especial em NNF ou NNP, nas variantes *-aro* e *-iro*. Para além disso, parece registar-se, num único NL, em **biltirei** (Wodtko, 2000, p. 79) ou **keltirei**, segundo Rodríguez Ramos (2001-2002, p. 430).

O conjunto significativo de NNE que se formam com estes sufixos constituem uma particularidade desta região. Entre eles parecem integrar-se, com alguma segurança, os seguintes:

*Bracari*: Aceita-se geralmente que este NE, bem como o NL *Bracara*, deriva da antiga palavra céltica *braca* embora também se tenham considerado outras possibilidades interpretativas (Villar, 1995, pp. 137-138; García Alonso, 2003, pp. 233-234).

*Copori*: registam-se essencialmente derivados deste nome (o antropónimo *Coporinus*), para além dos quais apenas o nome pessoal *Copirus* (Grândola, BJ) poderia servir de paralelo para este radical;

*Tapori*: este NE, também amplamente registado como NP, poderá partilhar o radical com o antropónimo *Tapilus* (ocorre 3 vezes na província de CC e uma na de OU)

*Caluri*: Poderá ser um derivado do radical *cal-*, bem representado no Ocidente hispânico, nomeadamente através do nome do topónimo que se regista sob a forma *Calem*, *Calo* e *Cale* e dos seus derivados *Callaeci*, *Callaecia*, ou do NL *Caladunum*<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Sobre as interpretações deste radical, amplamente tratado, v. Búa (1997), p. 69 e, mais recentemente, García Alonso (2003), p. 234-237. Uma interpretação divergente do

*Paesuri*: A existência no noroeste, entre as entidades do *conuentus Asturum*, do NE *Paesici* e ainda do antropónimo [*P*]aescicus (IRCP 509) pode levar a que se interprete a sequência *-uri* como um sufixo.

*Tiburi*: a falta de paralelos onomástico no âmbito ocidental para este nome levou alguns autores a pensar que poderia eventual remontam a uma forma \**Triburi*, relacionável com o radical \**treb-* (García Alonso, 2003, pp. 230-231). A designação deste elemento *-uri/-urri* como «sufixo» não é de todo pacífica (García Alonso, 2003, p. 207), especialmente se tivermos em conta um conjunto de realidade etnónicas características, com uma particular presença no território, como as que se seguem.

*Seurri/Seuri*: poder-se-ia dar a circunstância de corresponder originariamente a uma forma *Seburri*, como um dos principais ms. de Ptolomeu regista (García Alonso, 2003, pp. 207-208). A existência das duas variantes gráficas deste NE, que a leitura *Seurorum* numa epígrafe de Valle de Airoso, Llamas de la Cabrera, Benuza (LE) (Rabanal; García, 2001, n. 319) parece abonar, faz crer que as formas com /R/ simples ou duplo seriam foneticamente equivalentes. E, neste caso, haveria igualmente que incluir neste conjunto os *Gigurri*, uma vez que as fonte literárias registam o NL *Gigia*, muitas vezes identificado com a moderna Gijón.

5. A abundância do elemento *Ocelum* na toponímia constitui um traço característico da Hispânia indo-europeia, especialmente do Ocidente peninsular, onde se revelam particularmente frequentes (Albertos, 1985b, pp. 470-474; Guerra, 1998, pp. 702-705; Prósper, 2002, pp. 107-118). Encontra-se, para além disso, representado em outras áreas, nomeadamente na Britânia, onde se registam os topónimos *Ocelum* (*promontorium*), bem como alguns compostos em que este nome é o segundo elemento, como \**Alaunocelum*, *Itunocelum* e \**Cintocelum* (Rivet; Smith, 1979, p. 246). Ocorre, por fim, em sequências teonímicas como [*Deo*] *Marti Leno*/[*s*]iue *Ocelo Vellauno* (RIB 309, de Caerwent), *Deo Marti Ocelo* (RIB 310, da mesma localidade e RIB 949, de Carlisle). Na Gália Transalpina, ocorre a divindade *Vitiocelo* (AE 1992, 1180). Nas fontes literárias atesta-se, na Cisalpina, nos Alpes Cócios, pelo menos uma localidade *Ocelum* e um NE *Gaioceli*.

Portanto, tal como acontece em âmbito peninsular, regista-se simultaneamente em topónimos, etnónimos e em nomes de divindades, podendo aparecer na sua forma simples, ou entrar na formação de nomes compostos, sendo nestes casos, invariavelmente, o segundo elemento. Como se verifica pelo quadro anexo, o processo de composição é bastante frequente e, em contexto hispânico, exclusivo do Ocidente. Esta particularidade decorre, todavia, do próprio facto de este grupo de nomes se caracterizar precisamente por uma distribuição preferencial

pela na área lusitano-galaica (v. Mapa 1), na qual se dispersam os característicos epítetos teonímicos.

Discute-se a natureza deste elemento, que Tovar (1989, p. 319) apresenta como lígure, alguns autores consideram céltico (Rivet; Smith, 1979, p. 246; García Alonso, 2003, p. 122), integração linguística que Prósper (2002, p. 118) não considera fácil admitir.

### QUADRO I

1.	Ocelum (NL)	Oselle, Becerreá (LU)?
2.	Ocelum Duri (NL)	Zamora? (ZA)
3.	Ocelum (NL)/Ocelenses (NE)	Vertente sudeste da Estrela (CB)
4.	Ocelaeco, Ocelaeca (Ep.) <sup>12</sup>	[Ferro, Covilhã(CB)]
5.	Ocel[e]nn[se]s <sup>13</sup> , vicani	[Cabeço das Fráguas, Sabugal (GD)]
6.	Ocaelaeco (ND)	[Vilariño Frio, Sarreaus (OR)]
7.	Ocela (NL)	? (S)
8.	Albocela (NL)	Toro (ZA)
9.	Albucelainco (ND)	[Repezes, Viseu (VS)]
10.	Aebosocelensis (NH)	[Coria (CC)]
11.	Araocelenses (NH)	[S. Cosmado, Mangualde (VS)]
12.	Araugel. (Ep.) ?	(Lusitânia?)
13.	Balatucelo (NL), dos Colarnos	[S. Estevão, Sabugal (GD)]
14.	Louciocelo (NL), dos Interamicos	[Cacabelos (LE)]
15.	Tarbu celum (NL)	[Montariol, Braga (BR)]
16.	Viriocelensi (Ep.) (FE 262)	[Vilela, Amares (BR)]
17.	*Nemucelum/Nemucelaicabo (Ep.)	[Avelelas, Chaves (VR)]

elemento *-ur-* em Villar (2000), p. 191-208, esp. p. 200-201. Na antroponímia encontram-se exemplos como *Catuenus/Caturus/Caturicus*, *Cilius/Cilurus*. Mais problemático é o caso de *Rebilus/Reburus/Reburus*, um dos exemplos da onomástica em que se verifica uma alternância das grafias com R simples ou duplo.

<sup>12</sup> Este epíteto corresponde às realidades da entrada anterior, Cfr. Guerra (1995), p. 111-112.

<sup>13</sup> Proposta de Prósper (2002) para uma ocorrência epigráfica cujo texto foi parcialmente dado a conhecer por Alarcão (2001), p. 315 e onde, na sua interpretação, se leria *Ocel[o]nn[ie]s*. Pode eventualmente corresponder a uma das duas entradas precedentes, ou a ambas, caso se verifique uma identidade entre eles.

18.	<b>okelaka</b> <sup>14</sup>	?
19.	<b>okelakom</b> <sup>15</sup> Oncala (SO)?	

Alguns nomes apresentam uma forma cuja fiabilidade não é possível assegurar ou só hipoteticamente se incluem neste grupo:

20.	Ὀκίλις (NL) <sup>16</sup>	Medinaceli (SO)
21.	*Albocelo (ND)	[Vilar de Maçada, Chaves (VR)]
22.	*Sambrucel. (NH)	[Chaves (VR)]
23.	*Cusicelensibus (Ep.)	[Chaves (VR)]
24.	*Arcuce(lum?) <sup>17</sup> (NL), dos Límicos	[Abitureira, Sabugal (GD)]
25.	Oge[lensi?] (Ep.)	[Sul, S. Pedro do Sul (VS)]
26.	Ocule(n)s(is) <sup>18</sup> (NH)	Uclés (CU)
27.	Ocole(nsi?) (Ep.)	[Beiriz, Póvoa de Varzim (PR)]

## 6. Série *-bris/-briga*.

Dada a importância que o estabelecimento de séries apresenta para os estudos linguísticos (de Hoz, 2001, pp. 120-121), inclui-se, por fim, o repertório actualizado correspondente a estes nomes. Neste caso concreto, a análise deste grupo reveste particular interesse pelo facto de este nomes se tomarem como inequivocamente celtas. Consideraram-se apenas as atestações documentadas em fontes antigas (registos epigráficos, literários e numismáticos), uma vez que a compilação de outros

<sup>14</sup> Cfr. Almagro et alii (2003), p. 388-9. Poder-se-ia tratar da mesma localidade referida nas entradas seguintes, v. Jordán (2004), p. 201, 244-245.

<sup>15</sup> À tradicional lição deste nome, **okalakom** (MLH A.85), preferiu Rodríguez Ramos (2001-2002), pp. 431-432 esta interpretação, seguida por Jordán (2004), pp. 201 e 245, o que tornaria mais clara a sua integração neste conjunto; para as dificuldades relativas à proposta de identificação com Oncala, v. Jordán (2004), p. 245.

<sup>16</sup> Este nome regista-se em APP. hisp. 47 e 48, topónimo que poderia eventualmente corresponder à ceca **okelaka** (Jordán, 2004, p. 244). Para uma análise linguística divergente, que implicaria a exclusão desta entrada, v. Villar (2000), p. 266.

<sup>17</sup> Esta proposta interpretativa, apresentada por M. L. Albertos (1985b), p. 472, basear-se-ia na existência de alguns topónimos actuais Arcozelo e afins, que poderiam remontar a um NL equivalente.

<sup>18</sup> A epígrafe que atesta este nome registaria, segundo Blázquez (1962), pp. 167-168, *Deo A/ironi fecit fa/milia Oc/u(n)s(is) Vse(tana)/C. Titinni(us)/Crispinus*, acrescentando este autor que «el adjectivo geográfico *oculensis* corresponde al pueblo de Uclés».

vestígios coloca problemas muitas vezes difíceis de sanar<sup>19</sup>. Incluem-se neste elenco as seguintes categorias:

- a. formações em *-briga*;
- b. formações em *-bris*;
- c. derivados dos anteriores, sob a suas diversas formas: em *-bricensis*; *-bricaecus*; *-briciaecus*; *-bricus*; *-briaecus* ou seus equivalentes com consoante sonora<sup>20</sup> e, tendo em conta os topónimos em *-bris*, a que haja talvez que adicionar os nomes em *-brius*.
- d. nomes em que *Briga*— é o primeiro elemento.

## QUADRO II

1	Abobrica	(Abrega?, PO)
2	Adrobrica (dos Ártabros)	? (C)
3	*Aiobriga/Aiobriciaeco, castellum/Aiobrigiaecinos, castellanos	região do Bierzo (LE)
4	Amallobriga = Abulobrica	A NW de Tordesillas (VA)
5	Arcobriga (celtib.)	Cerro Villar, Monreal de Ariza (Z)
6	*Arcobriga (gal.)/ Arcobrigensis	[Braga]
7	Arcobrica (lusit., dos Célticos)	Torrão, Alcácer (ST)?
8	*Arcobriga/Arcobrigenses	[Dehesa de Arriba, Perales del Puerto (CC)]
9	Augustobriga (vet.)	Talavera la Vieja (CC)
10	Augustobriga (pelend.)	Muro de Agreda (SO)
11	*Aulobriga/Aulobrigensis	[Arouca, Fermedo (AR)]
12	Auobriga/*Aobriga	na região de <i>Aquae Flaviae</i> ? (VR)
13	*Burrulobriga/Burrulobrigensis	[Elvas] (PT)
14	Brutobrica	na região de Badajoz ?

<sup>19</sup> Excluem-se, nomeadamente, os que resultam de documentação alto-medieval, nomeadamente da informação proporcionada pela numismática, a respeito da qual se pode v. Guerra (1999), pp. 427-430.

<sup>20</sup> Considerando uma eventual perda desta e outros fenómenos linguísticos, Villar e Pedrero (2001), p. 267 acrescentam à lista os casos de *Esibraeo*, *Issib[r]aeco*, *Saisabro*, *Circeibaeco*, *Isibraeigui*. Mais recentemente Prósper (2002), p. 367 propôs a integração nesta série de *Mirobieo* e [...]*Japiobicesis*, nome que Villar (2002), p. 280-282 deveria corresponder a uma cidade de *Iapiopis* (ou *Iapiopa*)/*Iapiobica*, segundo lição de uma epígrafe proveniente das proximidades de Famalicão (PR).

15	Caesarobriga	Talavera de la Reina (TO)
16	Caetobriga/Καιτόβριξ	Setúbal (ST)
17	Centobrica	Epila (Z)
18	Coeliobriga/Caelobriga (dos Celernos)	Castromao, Celanova (OR)
19	Cottaeobriga (vet.)	Entre <i>Salmantica</i> e <i>Lancia Oppidana</i> <sup>21</sup>
20	Deobriga (autrig.)	Arce Mirapérez, Miranda del Ebro (BU)
21	Deobriga (lusit.)	junto a Alcántara (CC)? <sup>22</sup>
22	Deobrigula	Lodoso? (BU)
23	Dessobriga	Osorno (P)
24	*Elaneobriga/Elaneobrigensis	[Braga (BR)]
25	Flaviobriga	Castro Urdiales (S)
26	Iuliobriga	Retortillo, Campoo de Enmedio (S)
27	Lacobriga (lusit.)	Lagos ou Monte Molião, Lagos (FA)
28	Lacobriga (vac.)	Carrión de los Condes (P)
29	Langobriga	?, Vila da Feira (AR)
30	Mirobriga (vet.)	Ciudad Rodrigo? (SA)
31	Mirobriga (betur.)	Capilla (BA)
32	Montobrica	Entre Castelo de Vide (PT) e S. Vicente de Alcántara (CC)?
33	Nemetobrica	Trives de Vello (OR)
34	Nemetobriga uicus	[Codesedo, Sarreaus (OR)]
35	Nertobriga (betur.)	Fregenal de la Sierra (BA)
36	Nertobriga/ <b>nertobis</b> (celtib.)	Cabezo Chinchón, Calatorao/La Almunia de Doña Godina (Z)
37	*Paemeiobriga/ Paemeiobrigenses	Proximidades de Bembibre (LE)
38	Segobriga/ <b>sekobiriced</b> (nw. celtib.)	? <sup>23</sup>
39	Segobriga (sw. celtib.)	Cabeza del Griego (CU)
40	*Tongobriga/Tongobrigensium = Tuntobriga (?)	Marcos de Canaveses, Freixo (PR)
41	*Tongobriga/Tongobrigenses (vet.)	[Brozas (CC)]

<sup>21</sup> Albertos (1990): p. 136.

<sup>22</sup> Albertos (1990): p. 136.

<sup>23</sup> TIR K pp. 30, 210.



42	Tur(o)lobriga (?)	[Chaves (VR)]
43	Turobriga	Aroche? (H)
44	*Arabriga/Arabrigenses	[Goujoim, Armamar (VS)]
45	Ierabrica	prox. Alenquer (LX)
46	Talabriga (límic.)	[Ponte de Lima, Estourãos (VC)]
47	Talabrica (lusit.)	Cabeço do Vouga/Marnel, Águeda ? (AR)
48	*Calubriga/Calubrigen(sis) (gigur.)	[S. Esteban de a Rúa?/ Petín (OR)]
49	Medubriga/Meidubriga	Freixo de Numão?, Meda (GD)
50	Mirobriga/Meribriga/Merobrica (céltic., so. lusit.)	Santiago do Cacém (ST)
51	Volobriga = *Valabriga?/ Valabrigensis	<i>Callaecia Bracarensis</i>
52	Conimbriga/Coniumbriga	Condeixa a Velha (CI)
53	Agubri, castello	[Villaverde, Belmonte de Miranda (O)]
54	Artabris?,	sinus rías da zona de A Coruña? (C)
55	Aviliobris, castellum	Cores, Ponteceso (C)
56	*Blaniobris/Blaniobrensi?, castello (dos Célticos Supertamarcos)	? (C)
57	Contobris	? <sup>24</sup>
58	Ercoriobri, castello (dos Albiones)	[Villanueva, Cangas de Onís (O)]
59	Lambris	Lambre, Ambroa, Irixoa? (C)
60	Letiobri, castello	[Braga (BR)]
61	Londobris/Lanobris	Peniche? (LR)
62	Lubri castello (dos Célticos Supertamarcos)	[Andiñuela (LE)]
63	Miobri castello (dos Célticos Supertamarcos)/ Meobricoe	[Crecente, S. Pedro de Mera (LU)]
64	Turibri/Turubricae	prox. S. Lucía del Trampal (CC)
65	Caeilobricoi	[Castro Daire, Lamas de Moledo (VS)]
66	Eberobrigae	[Talaván (CC)]
67	Ae[d?]iobrico	[Codesedo, Sarreus (OR)]

<sup>24</sup> Sobre a eventual identidade com Centobriga v. Beltrán (1976), p. 393.

68	Langobricu	Longroiva, V. N. Fozcôa (GD)
69	Alanobricae	[Eiras, S. Amaro (OR)]
70	Tameobrico	[Marco de Canaveses, Várzea do Douro (PT)]
71	Verubrico	[Arcucelos (OR)]
73	Veigebreago	Rairiz da Veiga (OR)
74	Etobrico ?	[Alenquer (LX)]
75	Berobreo	Doñon, Cangas do Morrazo (PO)
76	Brigantium	A Coruña (C)
77	Brigaecium/Brigaecini	Dehesa de Morales, Fuentes del Ropel (ZA)
78	Brigaecis, matribus <sup>25</sup>	[Peñalba de Castro (BU)]

As quase oito dezenas de nomes atestados constituem um número sem paralelo em qualquer outra área por onde esta formação se difundiram. A sua excepcional abundância em contexto hispânico foi, por isso, usada como um dos indicadores da difusão das línguas indo-europeias na Península Ibérica, por oposição a uma área não indo-europeia (Untermann, 1962, esp. pp. 16-18). Foi, acima de tudo, entendido como um traço pertinente para a máxima expansão das línguas célticas (Gorrochategui, 1997, p. 25) e, neste sentido, a análise do quadro que se apresenta pode dar lugar a algumas considerações de natureza linguística e cultural.

Constata-se, desde logo, que uma parte muito substancial das ocorrências se regista genericamente no Ocidente hispânico (v. Mapa 2), em especial em determinadas áreas da Galécia e Lusitânia antigas - na aceção que delas têm os romanos. Poderiam apontar-se, em concreto, áreas onde os registos se concentram de forma particular, a saber, em certas zonas do *conuentus Bracarus* e da área confinante da província romana da Lusitânia. De qualquer modo, parece claro que, na generalidade, o quadro de dispersão deste conjunto onomástico não diverge substancialmente do que se aprecia em *Ocelum*, onde se verifica igualmente um prolongamento para sul, com particular incidência na região correspondente ao distrito de Castelo Branco e das províncias de Cáceres e Badajoz, áreas cuja afinidade no domínio da onomástica tem sido muitas vezes posta em evidência.

<sup>25</sup> Brigiacis, CIL II, 6338 I; cfr. Villar (1995) p. 132.

Numa recente análise da distribuição desta série, Villar (2004), pp. 257-258 delimitou três áreas nucleares, a Celtibéria, o Noroeste e o território dos Célticos do Sudoeste, separadas por regiões onde o \**p* inicial e intervocálico se tinha mantido. Parece-me, todavia, que a dispersão dos nomes em *-briga* no Ocidente se pode considerar generalizada a todo o território, com falhas significativas onde a documentação epigráfica de qualquer tipo é muito rara ou nula — caso dos territórios a oeste de Castelo Branco e os da margem esquerda do Baixo Tejo.

Para além disso, este quadro chama a atenção para o particular concentração do núcleo constituído pelos nomes topónimos *-bris*, aspecto que confere à parte mais setentrional uma fisionomia peculiar, corresponde a uma forte marca conservadora dos fenómenos culturais desta região.

Mas, ao mesmo tempo, este quadro de distribuição sublinha a forte marca céltica da toponímia do Ocidente, a qual se reflecte em muitos outros aspectos<sup>26</sup>. Como já referi em outro lugar (Guerra, 1998, p. 700; Guerra, 2004, p. 263), não deixa de ser surpreendente que uma área linguística que muitos autores tomam como não-céltica possa apresentar um número tão largo de exemplos da toponímia céltica, no caso da obra referida, substancialmente mais do que a própria Celtibéria. Se acreditamos que a toponímia de algum modo espelha a realidade da língua, podemos encontrar pelo menos algum apoio para a hipótese de um largo conjunto de falares do Ocidente se vincularem a esse grupo.

Não é fácil explicar, atendendo ao facto de o repertório documentado por fontes antigas ser necessariamente muito fragmentário<sup>27</sup>, como se poderá ter generalizado, de forma tão ampla, este elemento (e outros) se, apesar de uma certa unidade da cultura material do Noroeste, se considerar a existência de populações linguisticamente diferenciadas, umas falantes de línguas célticas, outras não. As interessantes considerações de J. de Hoz (1994), pp. 354-359 sobre este assunto não escondem as dificuldades que se levantam à investigação e o muito que é necessário percorrer nestes complexos domínios.

---

<sup>26</sup> Para a área vetónica contamos com um contributo específico de García Alonso (1992). O mesmo autor ensaia um agrupamento da onomástica registada pela *Geografia* de Ptolomeu (2003), pp. 429-518.

<sup>27</sup> É sintomático, a este nível, comparar as atestações de nome em *-bris* na documentação coetânea e a que decorre de fontes mais recentes, levantada por Búa e Lois (1994-1995), pp. 18-28. Enquanto a documentação antiga (essencialmente epigráfica) regista na Galiza actual cerca de dez topónimos desta categoria, o repertório dos topónimos em *-obre* atinge, nessa mesma área, aproximadamente uma centena.

## BIBLIOGRAFÍA

- Abascal, J. M. (1994): *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, eds. Universidad, Madrid-Murcia.
- Alarcão, J. de (2001): «Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 4/2, pp. 293-349.
- Albertos Firmat, M. L. (1966): *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense e Bética*, eds. Universidad, Salamanca.
- (1975): *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua*, eds. Departamento de Prehistoria y Arqueología, Santiago de Compostela - Valladolid.
- (1976): «La antroponimia prerromana de la Península Ibérica», *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 mayo 1974)*, pp. 57-86, Salamanca.
- (1979): «La onomástica de la Celtiberia», *Actas del II Colóquio de Lenguas e Culturas Prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17-19 Junio 1976)*, eds. A. Tovar, M. Faust, F. Fischer e M. Koch, pp. 131-167, Salamanca.
- (1983): «Teónimos hispanos», Blázquez, J. M., *Primitivas religiones ibéricas*, vol. II, pp. 477-487, Madrid.
- (1985a): «La onomástica personal indígena del noroeste Peninsular (Ástures y Galaicos)», *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 5-8 noviembre 1980)*, ed. J. de Hoz, pp. 255-310, Salamanca.
- (1985b): «A propósito de algunas divinidades lusitanas», *Symbolae Ludovico Mitxelena septuagenario oblatae*, Vitoria, pp. 469-474.
- (1990): «Los topónimos em -briga», *Veleia* 7, pp. 131-146.
- Alföldy, G. (2001): «El nuevo edicto de Augusto de El Bierzo en Hispania», *El bronce de Bembibre. Un edicto del imperador Augusto*, eds. L. Grau y J. L. Hoyas, pp. 11-27, Valladolid.
- Blázquez, J. M. (1962): *Religiones primitivas de Hispania, I. Fuentes epigráficas y literarias*, Roma.
- Beltrán, M. (1975-76): «Aportaciones a la epigrafía y arqueología romana de Cáceres», *Caesaraugusta*, 39-40, pp. 19-111.
- Búa, C. (1997): «Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispánica», *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego, I. Historia*, Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, pp. 51-99.
- (2000): *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*, disertación de doutoramento presentada à Universidade de Salamanca, Salamanca.
- Búa, C.; Lois, S. (1994-95): Los topónimos gallegos en -bre de origen prerromano. *Beiträge zur Namenforschung. Neue Folge* 29/30 (1), pp. 13-41.
- Callejo, C. (1965): «Aportaciones a la epigrafía del campo norbense», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 157, pp. 11-82
- Canto, A. M.; Bejarano, A.; Palma, F. (1997): «El mausoleo del dintel de los ríos de Mérida. *Revue Anabaraecus* y el culto de la confluencia», *Madridier Mitteilungen* 38, pp. 247-294.

- Encarnação, J. d' (1984): *Inscrições romanas do conuentus Pacensis*, ed. Instituto de Arqueologia, Coimbra. (=IRCP)
- Fernández Rodríguez, M. (1981): «Notas históricas: *Helleni* o *Ellanos* en Galicia y la localización de la batalla de Porto de Bois», *Cuadernos de Estudios Gallegos* 32, pp. 487-497.
- García Alonso, J. L. (1992): «On the celticity of some hispanic place names», *Études Celtiques* 29, pp. 191-201.
- (2003): *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo*, ed. Universidad del País Vasco, Vitoria / Gasteiz.
- Gorrochategui, J. (1997): «*Gallaecia* e as linguas prerromanas de la Península Ibérica», *Galicia fai dous mil años. O feito diferencial gallego. I. Historia*, ed. Museo do Pobo Galego, Santiago de Compostela, pp. 15-49.
- Guerra, A. (1995) - *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, ed. Colibri, Lisboa.
- (1998): *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*, disertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa.
- (1999): «Nomes de cecas visigodas no Noroeste peninsular e toponímia pré-romana», *Rutas, cidades y moneda en Hispania*, eds. R. M. S. Centeno, M. P. García-Bellido e G. Mora, pp. 423-432, Madrid.
- (2002): «*Omnibus Numinibus et Lapitearum*: Algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5(1), pp. 147-159.
- (2004): recensão a García Alonso (2003), *Conimbriga*, 43, pp. 257-264.
- de Hoz, J. (1994): «*Castellum Aviliobris*. Los celtas en el extremo occidente continental», *Indogermanica et Caucasica (Festschrift K. H. Schmidt)*, eds. R. Bielmeier; R. Stempel, pp. 347-362, Berlin-New York.
- (2001): «Sobre algunos problemas del estudio de las lenguas paleohispánicas», *Palaeohispanica* 1, pp. 113-149.
- Hurtado, R. (1977): *Corpus provincial de inscripciones latinas (Cáceres)*, eds. Diputación Provincial, Cáceres.
- Jordán Cólera, C. (2004): *Celtibérico*, eds. Departamento de Ciencias de la Antigüedad, Zaragoza
- Le Roux, P. (1982): *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, ed. Diffusion du Bocard, Paris.
- Meyer, E. (1972): «Ein spanischer Centurio in Vindonissa», *Madrider Mitteilungen* 13, pp. 190-195.
- Navarro Caballero, M.; Ramírez Sádaba, J. L. coords. (2003): *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*, eds. Fundación de Estudios Romanos - Ausonius, Mérida-Burdeos. (=Atlas)
- Palomar Lapesa, M. (1956): *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania*, eds. Universidad, Salamanca.
- Prósper, B. M. (2002): *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, eds. Universidad, Salamanca.

- Rabanal Alonso, M. A.; García Martínez, S. M. (2001): *Epigrafía romana de la provincia de León: Revisión y actualización*, eds. Universidad de León, León.
- Redondo, J. A. (1985): «Restos de una antigua ordenación social y territorial en la provincia de Cáceres. Estado de la cuestión», *Norba* 6, pp. 29-42.
- Rivet, A. L. F.; Smith, C. (1979): *The place-names of Roman Britain*, ed. Batsford, London.
- Rodríguez Colmenero, A. (1972): «Sobre los pueblos prerromanos del sur de Galicia», *Boletín Auriense* 2, pp. 193-240.
- (1997): *Aquae Flaviae. I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*, s/l.
- (2001): «Los castella de Susarros y Gigurros en el Noroeste Hispánico y sus primeras relaciones con Roma a través del bronce de Bembibre y otros documentos de reciente aparición», *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*, eds. L. Grau y J. L. Hoyas, pp. 67-96, Valladolid.
- Rodríguez González, X. (1995): «Una dedicación a *Reue* en el entorno de Las Burgas (Ourense) y su significado en el contexto arqueológico», *Boletín Auriense* 25, pp. 51-60.
- Rodríguez Ramos, J. (2001-2002): «Okelakom, Sekeida, Bolsken», *Kalathos* 20-21, pp. 429-434.
- Salvado, P.; Rosa, J. M.; Guerra, A. (2004): «Um monumento votivo a Arância e Arâncio, proveniente de Castelejo (concelho do Fundão)», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7/2, pp. 237-242.
- Schulten, A. (1959-1963) - *Geografía y etnografía antiguas de la Península Ibérica*, 2 Vol., ed. CSIC, Madrid.
- Silva, A. C. F. da (1986): *A cultura castreja no noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- (1992): «Proto-História do Norte e Centro de Portugal», *Proto-História de Portugal*, pp. 29-97, ed. Universidade Aberta, Lisboa.
- TIR J-29 = *Tabula Imperii Romani*, Hoja J-29: Lisboa, Emerita-Scallabis-Pax Iulia-Gades, Madrid.
- TIR K-29 = *Tabula Imperii Romani*, Hoja K-29: Porto, Conimbriga - Bracara - Lucus Asturica, Madrid.
- Tovar, A. (1976): *Iberische Landeskunde, I, Lusitania*, ed. Valentin Koerner, Baden-Baden.
- (1989): *Iberische Landeskunde, III, Tarraconensis*, ed. Valentin Koerner, Baden-Baden.
- Tranoy, A. (1981): *La Galice romaine*, ed. Diffusion de Boccard, Paris.
- Untermann, J. (1962): «Áreas e movimentos linguísticos na Hispânia pré-romana», *Revista de Guimarães* 72, pp. 5-62.
- (1965): *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*, Madrid.
- (2001): «La toponimia antigua como fuente de las lenguas hispano-celtas», *Palaeohispanica* 1, pp. 187-218.

- Villar, F. (1994): «Los antropónimos en *Pent-*, *Pint-* y las lenguas indoeuropeas prerromanas de la Península Ibérica», *Indogermanica et Caucasica. Festschrift für Karl Horst Schmidt zum 65. Geburtstag*, eds. R. Bielmeier; R. Stempel, pp. 235-264, Berlin.
- (1995): *Estudios de celtibérico y de toponimia prerromana*, eds. Universidad, Salamanca.
- (2000): *Indoeuropeos e no indoeuropeos en la Hispania prerromana*, eds. Universidad, Salamanca.
- (2004): «Celtic language in the Iberian Peninsula», *Studies in Baltic and Indo-European Linguistics*, eds. Ph. Baldi; P. U. Dini, pp. 243-273, Amsterdam / Philadelphia.
- Villar, F.; Pedrero, R. (2001): «Arroyo de la Luz III», *Palaeohispanica* 1, pp. 235-274.
- Villar, F.; Prósper, B. (2003): «Nuevo epígrafe votivo dedicado a la divinidad *Reve* en La Coruña», *Palaeohispanica* 3, pp. 271-282.
- Wodtko, D. (2000): *Wörterbuch der keltiberischen Inschriften*, Dr. Ludwig Reichert Verlag, Wiesbaden.



Figura 1.



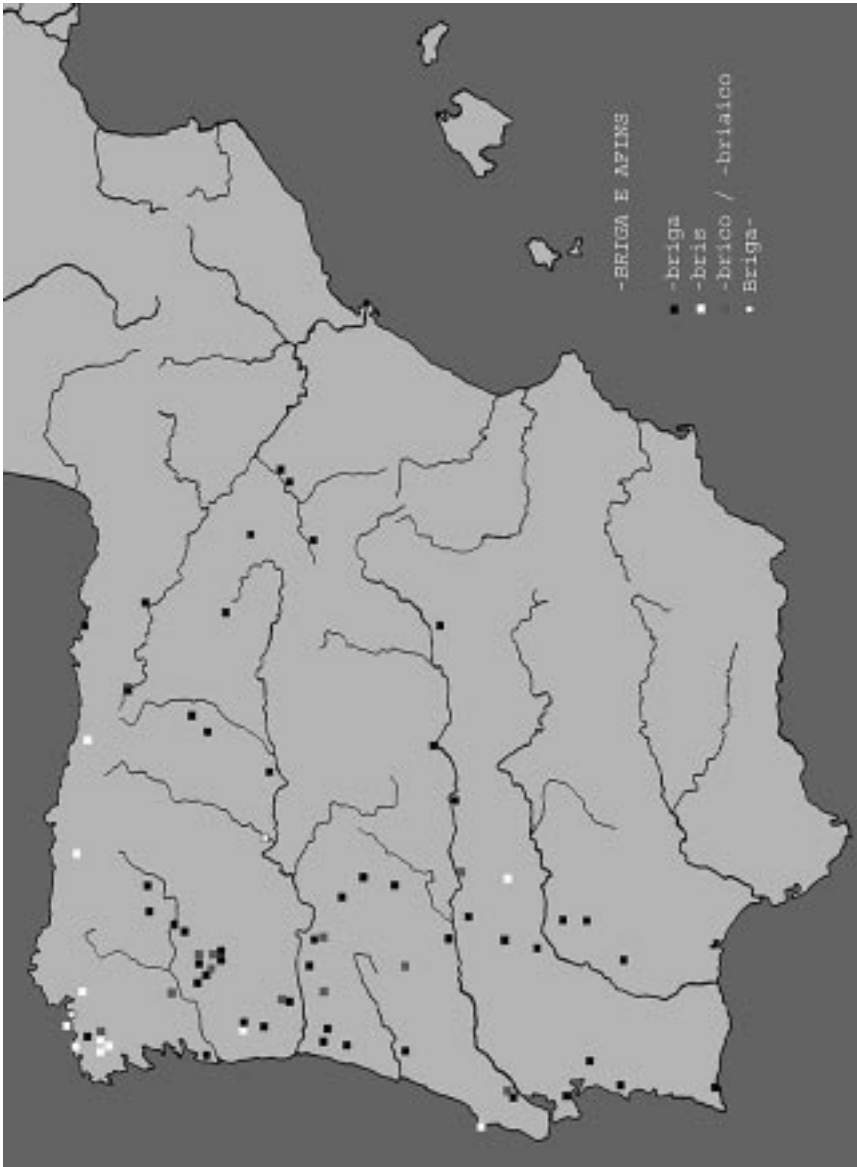


Figura 2.